

O que muda no imposto de renda

Na área de legislação tributária o Governo Federal divulgou cinco decretos-leis, alterando a sistemática do Imposto de Renda:

1— As pessoas jurídicas investidoras ficam também sujeitas à retenção do imposto de renda na fonte, como antecipação do devido na declaração de rendimentos, à alíquota de 4% os ganhos de aplicações no mercado aberto, o **open market**;

2— O limite de isenção das tabelas de cálculo da retenção do imposto de renda na fonte sobre os rendimentos do trabalho eleva-se de Cr\$ 111 mil (trabalho assalariado) e Cr\$ 37 mil (trabalho não assalariado), para Cr\$ 144 mil e Cr\$ 48 mil, respectivamente;

3— Fica permitido às pessoas jurídicas, para efeito de determinar o seu lucro real, que o valor do aumento das obrigações em moeda estrangeira seja lançado, total ou parcialmente, ou como despe-

sa operacional, ou como acréscimo de custo dos bens do ativo imobilizado ou deferido para posterior amortização.

4— Fica acrescido de 10% a incidência do imposto de renda na fonte, em relação aos ganhos e rendimentos de capital e aos percebidos por sociedades civis organizadas para a prestação de serviços relativos ao exercício de profissão legalmente regulamentada, com vigência temporária de 1º de julho a 31 de dezembro de 1983, e estabelece a obrigatoriedade do desconto do imposto de renda na fonte, à alíquota de 3%, desconto este de responsabilidade da pessoa jurídica que pagar ou creditar os rendimentos.

5— Os bancos comerciais, de investimento, de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedade de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras, distri-

buidoras de títulos e valores mobiliários, e empresas de arrendamento mercantil deverão pagar o seu imposto de renda em doze parcelas mensais, segundo as normas estabelecidas no Decreto-lei nº 1.967, de 23.11.82, com as seguintes alterações: nos meses de julho a dezembro que antecederem o exercício financeiro, sob a forma de antecipação; nos meses de janeiro a abril, sob a forma de duodécimo; e nos meses de maio e junho, o saldo do imposto devido, sob a forma de quotas.

6— Os investimentos realizados por produtores rurais, pessoas físicas ou jurídicas, em projetos de irrigação localizados nas regiões semi-áridas do Nordeste (desde que aprovado pelos órgãos oficiais competentes) poderão ter o seu custo parcialmente ressarcido pelo Tesouro Nacional, até o limite de 50% do respectivo valor.